

# Magna Carta e Waterloo

Na Grã-Bretanha acabámos de celebrar dois grandes aniversários: Magna Carta e a Batalha de Waterloo.

**P**ara nós, estes dois marcos na nossa história representam dois dos maiores contributos britânicos para a civilização ocidental. A Magna Carta simboliza a liberdade no estado de direito; Waterloo simboliza a defesa de uma sociedade livre contra a tirania.

A Magna Carta diz respeito aos direitos do “homem livre”: “Nenhum homem livre deve ser capturado ou aprisionado, ou desapropriado dos seus bens, ou declarado fora da lei, ou exilado, ou de forma alguma destruído... excepto pelo julgamento legítimo dos seus pares ou pela lei da terra”. O Rei deve também estar sujeito ao estado de direito, à integridade e imparcialidade que é obrigado a defender: “A ninguém venderemos, a ninguém negaremos ou retardaremos, o direito ou a justiça”. Na maior parte do mundo de hoje, incluindo em algumas partes na Europa, o estado de direito não pode ser tomado como garantido pelos indivíduos. Mesmo no seio da União Europeia, não é de todo sempre e completamente claro que o estado está de facto sujeito à lei, ou que o poder judicial é imparcial e incorruptível. A punição aos criminosos de guerra nazis, por exemplo, foi adiada em alguns casos durante 70 anos; muitos escaparam à justiça por completo; outros, que foram a julgamento, foram absolvidos ou condenados a uma pena demasiado benevolente, enquanto que às suas vítimas e aos seus herdeiros foi-lhes, em muitos casos, negada a restituição da sua propriedade (por



POR  
**Daniel Johnson**

Director da  
Revista *StandPoint*,  
Londres

exemplo das obras de arte) ou a indemnização adequada ao seu sofrimento.

Waterloo, para os britânicos, diz respeito à independência do estado-nação do domínio de um déspota imperial. Os britânicos lutaram contra Napoleão Bonaparte, não apenas para preservar a sua própria liberdade, mas a liberdade da Europa como um todo. Num famoso debate na Câmara dos Comuns em 1807, George Canning, Ministro dos Negócios Estrangeiros, justificou a retomada das hostilidades contra a França de uma forma pragmática: “A única regra para o comportamento de um estadista britânico é o apego aos interesses britânicos”. Mas continuou para explicar porque é que os interesses britânicos e europeus deveriam coincidir na derrota do Bonapartismo. “O país tem os meios, e estou confiante que tem também o espírito e a determinação, para perseverar com determinação numa luta da qual não há escapatória ou recuo; e que não pode ser concluída, com segurança para a Grã-Bretanha, senão na medida em que o objecto é a liberdade e a tranquilidade unidas na Europa”.

A recusa em aceitar qualquer domínio do continente europeu por uma única

potência tem sido a maior contribuição britânica para a paz e prosperidade europeias; vimo-lo tanto em ambas as Guerras Mundiais como na Guerra Fria. Num debate na Câmara dos Lordes em 1878, Disraeli recordou a decisão britânica de manter, se necessário sozinha, durante as guerras napoleónicas: “[A Grã-Bretanha] estava isolada no início deste século porque, entre as cobardes comunidades da Europa, sozinha afirmava e reivindicava a causa da independência nacional... Se essa causa estivesse novamente em questão, se houvesse uma potência que ameaçasse a paz do mundo com uma predominância fatal em relação à liberdade pública e à independência nacional, estou confiante que os Senhores não temeriam a acusação de estarem isolados se se mantivessem sozinhos em tal causa e na luta por tão preciosos interesses”. Em 1914, essa causa e esses interesses estavam novamente em risco. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sir Edward Grey, justificou a decisão de entrar em guerra após a invasão alemã da Bélgica porque:

*“Não acredito, nem por um momento, que no final desta guerra, mesmo que mantenhamos afastados, possamos estar numa posição, numa posição material para usar a nossa força decisivamente para desfazer o que tenha acontecido no decurso da guerra, para prevenir o todo do Ocidente Europeu oposto a nós – se esse tiver sido o resultado da guerra – de cair sob o domínio de uma única potência, e estou bastante seguro de que a nossa posição moral seria como termos perdido todo o respeito”.*

Ainda assim, a presunção de que os interesses britânicos e europeus devem normalmente coincidir não é a única determinante da nossa política externa. Existe também uma presunção em favor da liberdade. Gladstone afirmou-o bem quando em 1876 insistiu que “a política tradicional britânica não era cumplicidade com o poder culpado, mas simpatia com fraqueza sofredora”. Quer chame-mos à política que emerge de tal simpatia “internacionalismo liberal” ou “neoliberalismo”, o que interessa é o facto de que exerceu uma resistente influência na política externa britânica.

No entanto, quando tomamos em consideração as presentes contrariedades na Europa, que enfrenta múltiplas



ameaças, com destaque para a agressão Russa e a anarquia Islâmica, o que é mais impressionante na política externa britânica é a sua continuidade. Um dos mais bem-sucedidos momentos de Winston Churchill foi o seu discurso na Câmara dos Comuns a 5 de Outubro de 1938. Foi um forte ataque contra a política de apaziguamento, imediatamente após o então Primeiro-Ministro, Neville Chamberlain, ter regressado de Munique proclamando “paz no nosso tempo”, que o próprio Churchill reconheceu como sendo “a explosão natural e espontânea de alegria e alívio quando souberam que a provação mais dura não lhes seria exigida naquele momento”. Churchill estava assim quase sozinho no seu desafio ao consenso, tendo o seu discurso sido interrompido repetidamente, mas não se intimidou: “O que eu acho insustentável é o facto de o nosso país estar a cair no poder, na órbita e na influência da Alemanha Nazi e de a nossa existência se tornar dependente da sua boa-vontade ou prazer... Não queremos ser conduzidos pelo caminho que nos vai transformar num satélite do sistema nazi alemão de domínio europeu”. Os britânicos, declarou, “devem saber a verdade. Devem saber que temos sofrido uma derrota sem uma guerra, cujas consequências irão seguir connosco ao longo do nosso caminho; devem saber que passámos um marco terrível na nossa história, quando todo o equilíbrio da Europa foi perturbado, e que palavras terríveis têm sido pronunciadas contra as democracias ocidentais: “Thou art weighed in the balance and found wanting”. E não



## ***A continuidade da política externa britânica significa que períodos de isolamento, esplêndidos ou não, são um preço necessário a pagar para manter os nossos princípios***

suponham que isto é o fim. Este é apenas o primeiro gole, o primeiro vislumbre de um cálice amargo que nos será proferido ano após ano a menos que por uma suprema recuperação de saúde mental e vigor marcial, surjamos de novo e assumamos a nossa posição pela liberdade como nos bons velhos tempos”.

O terrível alerta de Churchill ainda ecoa ao longo dos anos; e sem dúvida, ressoa neste século também. A negação da justiça e do estado de direito aos indivíduos na Rússia e nos seus estados clientes viola os princípios da Magna Carta. E a negação de Vladimir Putin da independência nacional da Ucrânia ameaça o princípio estabelecido em Waterloo. A União Europeia e a NATO fa-

lharam em afirmar estes princípios com energia suficiente para dissuadir Putin.

Os britânicos acabaram de votar para realizar um referendo sobre a permanência na União Europeia e o resultado transformar-se-á, em última análise, não apenas nos argumentos económicos sobre os custos e os benefícios da permanência, mas também nas questões subjacentes de soberania. Os princípios da Magna Carta e de Waterloo não são compatíveis com o princípio de uma “união cada vez mais próxima” da União Europeia, a consolidação do poder legal e político numa Europa unida. O referendo pretende resolver, de uma vez por todas, a tensão entre as tradições britânicas de democracia parlamentar e a crescente e em larga medida incompreensível autoridade das instituições Europeias. Mas um referendo não pode prevenir a emergência de uma zona Euro com as suas próprias regras e ímpeto dentro das estruturas maiores da União. Tal como o colapso da economia grega dos últimos dois anos sugere, essas estruturas estão a ser testadas e podem não ser suficientemente fortes para suportar as forças que foram desencadeadas. Os britânicos são meros espectadores no drama grego, mas estão desconfortavelmente cientes de que as suas consequências também nos afectarão.

A continuidade da política externa britânica significa que períodos de isolamento, esplêndidos ou não, são um preço necessário a pagar para manter os nossos princípios. A União Europeia tem as suas continuidades, mas no momento presente não é claro se os seus membros estão preparados para se adaptarem suficientemente às regras que permitem que a União sobreviva à entrada numa nova era. A escolha britânica é um pouco invejável, mas no passado eles têm sempre escolhido a preservação dos seus próprios princípios e tradições em vez de renderem a independência nacional. Tal como Churchill sentiu que o apaziguamento era uma traição a tudo o que a Grã-Bretanha tinha defendido, também os britânicos hoje em dia não votarão a favor da União Europeia a qualquer preço. Tal como os britânicos não devem esperar que os nossos parceiros desistam dos seus interesses vitais para nos manter na União, também a Europa não deve esperar que a Grã-Bretanha sacrifique os princípios que consideramos aspectos permanente da nossa identidade nacional. ■